

DÍVIDA ESCONDE INFLAÇÃO

A vitória sobre a inflação, maior triunfo do Plano Real, que assegura ao governo FHC, no Congresso, folgada maioria parlamentar e, conseqüentemente, o direito de reeleição ao presidente, em 1998, tem sido possível porque está crescendo, em velocidade espantosa, no lugar dela, que fica escondida, a dívida pública interna, cujo montante, até o final desse ano, poderá alcançar os R\$ 200 bilhões.

Esse, o de esconder a inflação, é, aliás, o papel histórico desempenhado pela dívida interna, desde o momento em que foi jogado por terra o padrão monetário sustentado no ouro, a partir da década de 30, depois do colapso do liberalismo, em 29, quando a economia de mercado, fulminada, segundo Keynes, pelo vírus da superacumulação de capital, perdeu sua funcionalidade, a de alavancar as atividades produtivas, dando lugar ao modelo keynesiano, em que a dinâmica econômica passou a ser sustentada pelos gastos do governo.

O capitalismo – que, de acordo com Marx, padece da insuficiência relativa de consumo, porque o capital, na sua busca incessante de lucro, subtrai, de forma constante, do trabalho a mais valia relativa, diminuindo a demanda em relação à oferta, gerando a sobreacumulação e os seus resultados destrutivos, queda da produção, dos preços e explosão do desemprego – chegou ao limite; sob o padrão ouro, no momento em que, face à excessiva acumulação de riqueza, no contexto do *lassair faire*, ocorreu o fenômeno da deflação, fruto da contradição entre oferta crescente, impulsionada pelo aumento da produtividade, ampliada pelas conquistas tecnológicas, e demanda cadente, devida ao crescente desemprego, que contribuiu para reduzir os salários.

Para evitar os estragos da superacumulação, que leva o capitalismo, inexoravelmente, à deflação, o maior inimigo dele, conforme destacou Keynes, a solução foi enterrar o antigo padrão monetário, abrindo espaço a um novo, capaz de substituí-lo, para dinamizar a economia capitalista. Nasceu, a partir de então, a moeda inconvertível, o *state-money*, emitida pelo governo, com a qual ele passou a garantir a sobrevivência do setor privado.

Como, desse momento em diante, a tendência geral passou a ser a de esse emissor universal, o governo, gastar mais do que arrecada, criando, déficit que sinaliza inflação irremediável, ficou ele obrigado a enxugar uma parte do dinheiro que lança na economia, para evitar a enchente inflacionária, e o fez emitindo papel, ou seja, expandindo a dívida pública.

Teoricamente, o governo, a partir do instante em que investiu-se do direito de fabricar dinheiro, não precisaria mais endividar-se, afinal, dis-

pondo do poder imperial de imprimir moeda, por que recorrer ao endividamento? Aqui, está o x da questão. A dívida pública, emissão de papel inconvertível, torna-se instrumento fundamental do sistema capitalista, porque sem ela a inflação cresce exponencialmente, levando tudo de roldão. Daí ser fundamental que, para evitar a explosão inflacionária, a dívida cresça no lugar da inflação. Esse é o segredo. Não é possível eliminar a dívida pública, porque se isso acontecer, acaba o capitalismo. Quanto maior a dívida, menor a inflação.

O perigo que os neoliberais correm, quando pregam a supremacia do mercado, é de que o processo econômico tende a desembocar-se, de novo, na deflação, porque ele caminha, de acordo com as suas próprias leis, para a inexorável acumulação de capital, levando a economia à materialização da profecia de Marx, isto é, à maldição da insuficiência relativa de consumo, na medida em que a oferta, impulsionada pelo aumento da produtividade, cresce a taxas superiores à demanda, bloqueada pela exploração do capital sobre o trabalho.

O debate sobre esse assunto está na ordem do dia, no Brasil e no mundo. Os principais empresários brasileiros, reunidos em Belo Horizonte, na semana passada, concluíram que os benefícios proporcionados pelo Plano Real, com o fim do imposto inflacionário, responsável por alavancar o poder aquisitivo da população de baixa renda, estão chegando ao fim. Resta, agora, concluir, criar mecanismos para promover, rapidamente, a distribuição da renda nacional, excessivamente concentrada, pois, caso contrário, o plano vai para o buraco, porque o que o move, conforme a lógica do mercado, é a sua caminhada rumo a uma maior concentração de capital, favorecendo os mais ricos em detrimento dos mais pobres.

No plano global, o que se observa, nitidamente, são os países mais ricos, que enfrentam taxas de crescimento insuficientes, em face da capacidade de produção do seu sistema produtivo ser maior do que a de consumo de sua população, em busca de novos mercados, a qualquer custo, para evitar, no âmbito interno, a deterioração imposta pelo capital sobreacumulado.

A disponibilidade fantástica de recursos financeiros, por parte dos países centrais, para emprestar aos países periféricos, é fruto dessa sobreacumulação, e os empréstimos só se materializam sob a condição de que as economias dos países em desenvolvimento se abram aos investimentos externos, por meio de estratégias econômicas, cujas características são conhecidas de todos, moeda sobrevalorizada, para forçar a abertura, e juros altos, para atrair capital, necessário à cobertura dos

déficits que se ampliam com as importações superando as exportações.

O momento econômico atual começa a ficar dramático para o governo FHC porque o seu fôlego para endividar-se pode estar chegando ao fim, na medida em que perde credibilidade crescente junto ao sistema financeiro, que o banca, quanto mais avança o déficit fiscal e mais difícil e penoso vai ficando a tramitação das reformas, no Congresso, onde as contradições da base governista se afloram diante da necessidade de decidir sobre questões cruciais, como as previdenciária e administrativa, a envolverem interesses políticos delicados com repercussões imprevisíveis nas urnas em 98. Qualquer resistência, por menor que seja, colocada pelos bancos, no sentido de continuar bancando o financiamento da ascendente dívida pública, o mundo vem abaixo, e a inflação tende a disparar.

Vozes isoladas, como a do professor Márcio Garcia, da PUC-RJ, começam a alertar que o alto risco que representa o endividamento interno sinaliza a escalada inflacionária, no momento em que o sistema financeiro, diante do déficit fiscal incontrolável, resistir a continuar rolando a dívida pública interna, com medo de ir à falência. No Congresso, apenas o senador Lauro Campos (PT-DF), em seus inúmeros discursos, sem nenhuma repercussão na mídia, tem chamado, de forma reiterada, a atenção sobre o assunto, que, aliás, consta de seu livro, "A crise da ideologia keynesiana", editado na década de 70.

O fato é que, com a falência do modelo keynesiano, o capitalismo, na sua fase atual, neoliberal, no limiar do século XXI, encontra-se diante do dilema de ter que garantir a manutenção da taxa de lucro nos moldes em vigor no final do século passado, explorando, de forma intensa, a mais valia relativa, que, como determinou Marx e demonstrou a história, intensifica a acumulação de capital, levando a economia à deflação, enfim, à crise de realização.

FHC, em seu livro "Autoritarismo e Democratização", onde trabalha com os conceitos marxistas, demonstra estar perfeitamente consciente de que o mal maior do capitalismo é sua inexorável tendência à sobreacumulação, que impõe, no auge de sua crise, o rompimento entre a superestrutura jurídica e a superestrutura econômica, esta impondo suas leis àquela, levando o sistema à ditadura política. O marxista Gianotti, amigo de FHC, sabe disso e alertou o Presidente, em artigo no Estadão, que o governo, na linha do neoliberalismo, com o Executivo sobrepondo-se ao Legislativo e ao Judiciário, caminha nesse rumo. Marx, o guru do Presidente, continua atualíssimo.

CÉSAR FONSECA